



Ministério da Educação  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Centro de Formação Continuada de Professores  
Secretaria de Educação do Distrito Federal  
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação  
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

# **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA E OS SEUS POSSÍVEIS REFLEXOS NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**Cristiano Silva Barbosa**

Orientadora Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva

Tutora Profa. Dra. Maria Susley Pereira

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2015.

**Cristiano Silva Barbosa**

# **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA E OS SEUS POSSÍVEIS REFLEXOS NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva e tutoria da Professora Doutora Maria Susley Pereira.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Cristiano Silva Barbosa**

# **A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA E OS SEUS POSSÍVEIS REFLEXOS NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em  
Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza – FE/UnB

Examinador (a) externo (a)

---

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva – FE/UnB

(Professora-orientadora)

---

Profa. Dra. Maria Susley Pereira – SEEDF

(Tutora-orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

Agradeço a Deus e à minha esposa, Joelma, pessoa com a qual amo partilhar a vida. Com ela sinto-me mais vivo de verdade. Obrigado pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer paz durante esta caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os professores que me acompanharam durante este curso, em especial ao Professor Ricardo Gonçalves e à Professora Maria Susley, responsáveis pela realização desta monografia.

## RESUMO

No cenário atual da educação brasileira, vemos a implantação de iniciativas que buscam uma maior participação da comunidade escolar nas decisões que definem os rumos que cada escola deve seguir para conseguir ensino de qualidade. Mesmo com esses empreendimentos e com a legislação favorecendo a participação popular, os familiares dos alunos pouco contribuem para isso. Esta pesquisa visa contribuir na discussão em relação à participação, ao envolvimento e à interação das famílias na escola, com o objetivo de levantar as causas da baixa participação das famílias nas avaliações institucionais da escola e os reflexos que porventura possam existir, nas coordenações pedagógicas e na motivação dos professores para a busca da melhor formação e para o planejamento do seu trabalho. Para tanto foram aplicados 20 questionários com perguntas abertas aos professores, aos coordenadores e ao gestor e 10 questionários com questões fechadas para os pais. Constatou-se que a baixa participação das famílias nas avaliações institucionais é uma responsabilidade de ambas as partes. A escola precisa buscar estratégias que facilitem a participação dos pais nas avaliações e cabe aos familiares a responsabilidade de assumir seu papel como corresponsáveis pela educação de seus filhos. Para isso, são fundamentais a articulação de todos e a presença da figura do coordenador pedagógico na avaliação institucional da escola.

**Palavras-chave:** avaliação institucional, interação família-escola, coordenação pedagógica, participação

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
REFERENCIAL TEÓRICO	09
METODOLOGIA DE PESQUISA	18
ANÁLISE DE DADOS	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE A	31
Questionário para professores e coordenadores	31
APÊNDICE B	33
Questionário para os pais	33

## INTRODUÇÃO

No cenário atual da educação, há a implantação de políticas e ações que buscam uma maior participação da comunidade escolar nas decisões que definem os rumos que cada escola deve seguir para conseguir um ensino de qualidade. Tais empreendimentos visam democratizar o ensino público rumo a uma gestão conjunta que fortaleça a identidade da escola.

Dentre essas iniciativas, temos a Lei nº 4751/12, mais conhecida como a Lei da Gestão Democrática, a qual cria vários mecanismos de participação popular. Alguns deles são mais diretamente envolvidos no interior da escola, como assembleia geral escolar, conselho escolar, avaliação institucional da escola e eleição direta para direção. Eles permitem uma participação mais direta de alunos, pais e profissionais da educação nas decisões que norteiam o contexto escolar, tanto as pedagógicas quanto as administrativas e as financeiras.

Buscando estar em consonância com a Lei de Gestão Democrática, as escolas passaram a constituir um conselho escolar, cujas reuniões são abertas a todos pertencentes à comunidade escolar e a realizar assembleias ao longo do ano. Nessas ocasiões, busca-se esclarecer a comunidade escolar acerca das condições da escola – financeira, pedagógica e administrativa – sempre com muita transparência. Nesses momentos, também se realiza uma avaliação institucional que oferece a todos a oportunidade de se fazer participar na gestão da escola. É o momento onde se procura uma projeção de todos para dentro da escola e se observa como proceder coletivamente na busca de uma educação de qualidade.

Mesmo com essas iniciativas e com a legislação favorecendo a participação popular, percebe-se que os familiares ainda permanecem distantes da escola. Há um esvaziamento das assembleias e uma baixa participação da comunidade escolar nas reuniões do conselho escolar. Essa constatação fica evidente a partir da análise das atas das reuniões e em conversas com os professores e os gestores de escolas. A participação da comunidade é parte fundamental na concretização de uma gestão democrática e na busca pela identidade da escola, que é formada por seus membros, profissionais, alunos e pais, além de toda a comunidade à sua volta. Assim, todos têm o direito e o dever de participar da construção da identidade da escola e da busca por um ensino de qualidade.

Viver democraticamente nos dá direitos e deveres, temos o direito de uma educação de qualidade para nossos filhos e o dever de buscá-la. Assim, a participação da família no dia a dia da escola tem uma contribuição muito forte nessa busca. A gestão deve ser feita por todos, e as decisões pedagógicas, administrativas e financeiras precisam ser oriundas de um consenso da



maioria. Diante disso, surge a seguinte pergunta: “Por que, mesmo com tantos mecanismos de participação, os pais pouco se envolvem na avaliação institucional”?

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o baixo envolvimento dos pais na avaliação institucional da escola. A partir desse ponto, os objetivos específicos são: verificar se a frágil participação dos pais nas avaliações institucionais interfere nas coordenações pedagógicas e averiguar se isso pode ter reflexos na motivação dos professores na procura de uma melhor formação e no planejamento do seu trabalho.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o dicionário Michaelis (2012), avaliar é calcular ou determinar o valor, o preço ou o merecimento de algo, então é necessário se conhecer para se dar valor. Nesse sentido, para uma boa avaliação, é preciso saber profundamente o que se está avaliando, seus problemas e seus pontos positivos, para poder dar um valor que seja verdadeiro. Em se tratando de educação, os valores são de natureza histórica e cultural. A avaliação na educação é, portanto, um instrumento de regulação de um processo educacional, não no sentido de controlar como deve ser o processo, mas sendo, sim, uma ferramenta para guiar os envolvidos na busca de uma educação almejada por todos. É um meio e não um fim.

Já que a educação é um processo, para uma boa avaliação, é necessário estar envolvido nele, é preciso participar. Para Bueno (2007, p. 575), participar é “[..] tomar parte em...”. Isso significa se envolver em algo, ser parte de algum fato ou de um procedimento. A participação no processo educacional é tomar como propriedade própria esse processo, então, fazer parte integrante da escola não está resumida à presença quando solicitada para reuniões. É fazer valer esse comparecimento com discussões sólidas e coerentes que possam contribuir para a construção de um processo educacional que seja a materialização dos anseios da comunidade escolar.

A avaliação institucional permite uma participação mais direta de toda a comunidade escolar nas decisões que vão nortear o funcionamento da escola. Professores, pais e alunos podem planejar em conjunto as propostas pedagógicas, os investimentos financeiros em melhorias e a organização administrativa da escola, tornando-a o ambiente que satisfaça suas reais necessidades. O processo de avaliação institucional da escola possibilita a identificação de suas fragilidades e potencialidades, bem como dá subsídios para a elaboração de um plano de intervenção e melhorias. Para Machado (*apud* TEIXEIRA, 2011, p. 22):

[...]a participação é a partilha do poder de decidir, ou seja, a mera presença física com renúncia ao exercício do poder não deve ser considerada como uma modalidade de participação. Esta deve ser vista como um processo permanente de estabelecer um equilíbrio entre as competências profissionais de todos os atores da comunidade educativa.

Teixeira (1995) reforça que a participação não é apenas numérica e presencial. O ato de participar inclui tomar parte das decisões coletivas para a busca de uma melhora da instituição educacional. É tomar para si as responsabilidades e, juntamente com a comunidade escolar,

escrever uma identidade para a escola. Apesar de um instrumento válido de participação popular, a avaliação institucional da escola ainda é pouco utilizada.

Como salienta Brandalise (2010, p. 317) “A avaliação institucional da escola básica ainda não se constitui uma prática consolidada no contexto da educação brasileira”. É visível que, quando se avalia a escola e os seus processos de ensino, esse instrumento é cercado de complexidade e conflitos, pois, ao avaliar internamente a escola, avaliam-se também seus atores, ou seja, faz-se uma autoavaliação.

A avaliação institucional da escola é um processo que ainda carece de muito estudo e um aprofundamento teórico e metodológico. Brandalise deixa evidente ainda que:

[...] é preciso estar atento a diversos problemas que podem surgir: a hostilidade e resistência em relação ao processo avaliativo, a credibilidade ética profissional do avaliador, o caráter individualista da função docente, a falta de apoio técnico, logístico e de tempo, a impaciência pela obtenção dos resultados, a ocultação de informações fundamentais, a falta de motivação profissional, a imersão da equipe avaliadora na realidade avaliada, as pressões internas por interesses, a inércia institucional, ou seja, a própria cultura da escola. (2010, p. 319-20).

Conforme esclarece a autora, a organização escolar é uma instituição onde existe uma relação de poder e, ao se avaliar democraticamente essa organização, coloca-se em evidência também esse jogo de domínio existente. Com isso, “ao mexer nesse poder, num processo de avaliação da escola, interfere-se nos interesses, posturas, motivações e objetivos da comunidade escolar” (BRANDELISE, 2010, p. 319). Esses são pontos conflituosos dentro do ambiente escolar.

Tais relações de poder dentro da escola têm evoluído e se aperfeiçoado ao longo do tempo com a perspectiva de um crescimento mais democrático no seu interior e a reprodução desse meio na sociedade. O ambiente escolar é produtor de conhecimento e comportamento, além de um espaço para a discussão do modelo vigente, o qual procura melhorias que minimizem as desigualdades sociais. É importante destacar que muitos dos que estão hoje nas escolas são profissionais oriundos dos tempos de reprodução maciça dos preconceitos e das desigualdades sociais e hoje têm em suas mãos a oportunidade e, até mesmo, o dever de discutí-las e propor mudanças.

Além do que foi levantado, a autora reforça que a formação da equipe que vai estruturar o processo de avaliação institucional da escola é outro ponto de divergências e conflitos. Por essa forma de avaliação ser carente de estudos, a falta de conhecimento teórico pode levar a muitos erros na elaboração dos instrumentos de avaliação, o que ocasiona falta de planejamento, objetividade e credibilidade por parte da comunidade escolar. Nesse sentido, é preciso que a

equipe responsável tenha conhecimento e organização para a elaboração de um processo avaliativo de qualidade e que não permeiem dúvidas acerca disso.

Mesmo com esse grau de complexidade para sua realização, a avaliação institucional da escola é um instrumento que deve ser usado por todas as instituições de ensino. Fazer a comunidade participar das decisões, tanto financeiras quanto pedagógicas, é buscar o comprometimento de todos em prol de uma melhor educação. Com isso, a avaliação torna-se um instrumento que vai ajudar a comunidade escolar a detectar suas falhas e elaborar em conjunto um plano de ação para que a escola funcione segundo a sua realidade.

A escola tem um papel social de fundamental importância, podendo tornar-se um lugar de vivências de prazer, de cultura e de ciência, onde a ética e a justiça norteiam as ações, tornando-se um dos instrumentos de superação da dominação social, econômica e cultural. (FERNANDES, 2002, p. 114).

Uma avaliação só terá validade se houver uma coesão de todos os atores envolvidos no processo educacional. A educação de qualidade buscada e almejada por todos será fruto de uma ampla discussão e participação do coletivo da escola. Nesse contexto há necessidade da promoção da participação de todos os segmentos da escola na discussão e definição dos processos que assegurem o padrão de qualidade almejado por eles.

Uma relação mais estreita entre a comunidade escolar proporcionará uma avaliação mais segura e fidedigna da realidade da escola e das possíveis mudanças necessárias para a melhoria da educação. Essa parceria é fundamental para que uma educação de qualidade possa ser alcançada e isso depende de uma boa interação entre família, gestores, alunos, professores e auxiliares. A escola não pode ser pensada sem o envolvimento da comunidade escolar que precisa ter sua participação efetiva nas decisões que vão preparar o futuro de seus filhos.

A Constituição Federal de 1988 salienta, em seu artigo 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Isso deixa claro o quanto é fundamental a participação e a colaboração da família e de toda a comunidade no processo de formação das crianças.

O desempenho escolar é fruto de uma série de fatores relacionados à aprendizagem do aluno e, além do planejamento e do conhecimento técnico do professor, também existe a base familiar. Esse alicerce sustenta-se na participação da família na vida escolar do aluno, uma participação direta focada em auxiliá-lo na solução dos problemas e na motivação para a melhoria do desempenho escolar. Para Carvalho (2000, p. 148) “mais envolvimento dos pais

em casa equivale a maior aproveitamento e permanência na escola por parte dos alunos; mais participação dos pais na escola resulta em melhores escolas”.

Segundo Polonia e Dessen (2005), família e escola podem ser propulsoras ou inibidoras do crescimento físico, psíquico e social. São fundamentais para a formação de pessoas, cidadãos que vão influenciar o lugar onde vivem e as pessoas com quem convivem. Essa é mais uma prova de que o trabalho conjunto tem importância fundamental na vida e na formação dos alunos. Portanto, escola e pais devem encontrar formas de relacionamento que sejam compatíveis com suas realidades, a fim de tornar esse espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos.

Ainda segundo as autoras, é inquestionável a contribuição da família para o desenvolvimento da criança. Tem de ser reconhecida sua influência na formação do caráter e da personalidade dos alunos. É no ambiente familiar que a criança dá seus primeiros passos dentro de uma sociedade, apreende costumes e crenças que serão parte de sua formação como cidadão. Polonia e Dessen declaram que:

A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade. (POLONIA; DESSEN 2005, p. 304).

Ainda tocando na importância dessa relação, voltamos a nos reportar à nossa Constituição Federal de 1988 que, em alguns de seus artigos, salienta a necessidade de participação e a responsabilidade dos pais na educação e no desenvolvimento de seus filhos:

Artigo 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão.

[...]

Artigo 229 - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (BRASIL, 1988).

Podemos observar que a interação dessas três instituições - família, sociedade e Estado (escola) – é responsável pela formação da criança em todos os níveis de desenvolvimento propiciando a ela todas as condições de um crescimento saudável para que ela possa ocupar “seu lugar como membro de uma família e de uma sociedade mais ampla” (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p. 13). Tais artigos mostram claramente a importância de uma base familiar sólida e participativa para a formação do caráter do futuro cidadão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), publicado em 13 de julho de 1990,

também reforça o que está escrito em nossa Constituição, garantindo e colocando obrigatoriedade na participação dos pais, inclusive com sanções, em caso de omissão, em todo o processo de desenvolvimento da criança, incluindo a educação. Vejamos alguns artigos do ECA:

Artigo 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

[...]

Artigo 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]

Parágrafo único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

[...]

Artigo 55 - Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

[...]

Artigo 129 - São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

V - Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar. (BRASIL, 2002).

Fica evidente, então, que família e escola são responsáveis pela formação e pelo desenvolvimento das crianças. Por ambas terem suas obrigações claras nesse contexto, as interações existentes entre elas são de fundamental importância no processo educacional dos alunos. Com papéis bem distintos, porém complementares, as duas devem buscar meios de relacionamento positivo para que juntas possam formar integralmente a criança e torná-la preparada para a vida em sociedade.

Dessa forma, escola e família devem estabelecer relações de colaboração, em que a família possa agir como potencializadora do trabalho realizado pela escola, de forma a incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a escola realize uma prática pedagógica que contribua na formação do ser crítico-reflexivo, e que valorize a participação ativa dos pais no processo educativo, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformada. (SANTOS; TONIOSSO, 2014, p. 133).

Com base em tudo o que foi dito até o momento, alguns instrumentos políticos foram criados para ampliar a participação popular e familiar nas instituições públicas, em especial as educacionais, que vão fornecer subsídios para um pleno desenvolvimento de nossa sociedade. Os direitos sociais e as políticas sociais no Brasil tiveram grande avanço após o fim da ditadura militar, ainda são conquistas muito novas e talvez, por esse motivo, vemos que a sociedade não está cem por cento familiarizada com elas, por isso muitas pessoas não sabem usá-las. Quando dizemos que o Brasil é um país democrático, temos de ter consciência de que isso nos traz

direitos, como os de expressão e de participação, mas também nos traz deveres, como os de fiscalização e de cobrança.

Um desses instrumentos é a gestão democrática das escolas. A partir da Constituição de 1988, a gestão democrática passou a ser o princípio básico de gestão das escolas públicas no Brasil. Isso permite a participação mais direta de toda a comunidade escolar nas decisões que vão nortear o funcionamento da escola. Professores, pais e alunos podem planejar em conjunto as propostas pedagógicas, os investimentos financeiros em melhorias e a organização administrativa da escola tornando-a um ambiente que satisfaça suas reais necessidades.

A gestão democrática, como princípio democrático, carece da participação de todos da comunidade escolar para que ela possa ser bem-sucedida. Isso significa que essa vitória de todos é, além de um direito, também um dever de cada um comprometido com a educação, seja professor ou pai. A participação é um pilar de toda democracia, então, na escola isso não seria diferente. Com essa prática exercitada desde cedo nas escolas, começamos a formar cidadãos mais conscientes da necessidade de participação efetiva da sociedade em tudo que se refere à esta. Segundo Ferreira:

Muito se tem ainda construir para que este valor, já historicamente universal, possa ser realidade na consubstanciação de uma sociedade verdadeiramente humana, onde todos tenham as possibilidades de desenvolver-se como seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter. (1998, p. 113).

Algumas ações podem ser desenvolvidas para melhorar a qualidade do trabalho na escola, pois alguns dos princípios da gestão democrática são a autonomia e a transparência. Faz-se necessária sempre a divulgação de todas as reuniões do conselho escolar para a discussão acerca dos recursos financeiros e de como aplicá-los. Assim, fazer a comunidade participar das decisões, financeiras, administrativas e pedagógicas, é buscar o comprometimento de todos em prol de uma educação mais qualitativa.

Nessa perspectiva de aumento da participação familiar nas discussões a respeito da escola e do seu projeto político-pedagógico, está a avaliação institucional. Como já referendado, esse instrumento é de fundamental importância, se for de desejo da comunidade escolar ter uma escola comprometida com os anseios dessa sociedade. A avaliação institucional traz à luz da realidade uma análise crítica da situação vivida pela escola e deixa claros os problemas e a identidade da instituição. Ela pode ser fonte de preciosas informações que ajudarão na ressignificação dos processos educacionais e na gestão educacional.

Conforme salientado, viemos de longo período de ditadura e, conseqüentemente, de uma época na qual apenas eram exercidos deveres e não direitos. Vemos que anos de ditadura ainda

fazem que muitos se eximam do direito de decidir, de participar, de contribuir com o diálogo. Ainda existe uma concepção de autoritarismo e de unanimidade dentro das escolas e alguns professores entendem o diálogo e as sugestões como interferência no seu trabalho. Determinados pais também ainda acreditam que basta colocar o filho na escola e os professores que cuidem da educação dele.

A participação no processo de gestão ainda é uma conquista muito nova e talvez, por esse motivo, a sociedade não está cem por cento familiarizada com esse direito não sabendo usá-lo. A avaliação institucional é um processo legítimo de participação popular, em especial da comunidade escolar, que deve ser exercido plenamente para que a educação seja fruto de uma construção coletiva.

A escola de hoje é um agente de redução das desigualdades sociais, é o local de discussão da sociedade e de germinação de ideias e saberes que vão fazer eco na sociedade, o que pode trazer mudanças na sua maneira de agir e pensar. A escola é um lugar de debate público, de construções coletivas e de diálogo. Para que isso ocorra, é necessário que as instituições de ensino busquem sempre se ressignificar e avaliar suas práticas pedagógicas, por isso a avaliação institucional da escola é tão relevante.

Vale lembrar que não se realiza uma avaliação institucional da escola sem que esta acompanhe o desenvolvimento e a aplicação do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). Assim, para Libâneo:

O projeto pedagógico deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola. Considera o que já instituído (legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola etc.), mas tem também uma característica de instituinte. A característica de instituinte significa que o projeto institui, estabelece, cria objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estruturas, hábitos, valores, ou seja, institui uma cultura organizacional. Nesse sentido ele sintetiza os interesses, os desejos, as propostas dos educadores que trabalham na escola. (2004, p. 52).

O Projeto Político-Pedagógico da escola é, portanto, o instrumento que permite que o estabelecimento de ensino ganhe a legitimidade de ser aquela instituição pensada e organizada de acordo com a sua comunidade escolar. O PPP tem no seu interior a contribuição de todos os segmentos que compõem a escola: pais, professores, alunos, servidores e colaboradores, então toda a comunidade escolar tem de estar envolvida na sua construção, discutindo e dialogando as suas reais necessidades e os seus anseios com a escola e com a formação que seus filhos devem ter.

Não é apenas um rearranjo da escola, administrativa, financeira e pedagogicamente, vai mais além disso; é tornar a escola parecida com a comunidade da qual faz parte local em que



está inserida. De acordo com Veiga (2002):

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002, p. 13).

Ainda citando a autora, a escola é uma instituição social capaz de refletir na sua estrutura as nuances da sociedade onde está inserida. Ela também é capaz de modificar essas estruturas em busca do bem comum e da melhoria da própria sociedade. Devido a isso o PPP da escola deve ser uma construção coletiva que seja oriunda de diálogo e debates que tragam à tona as dificuldades e as sugestões de melhorias.

Assim, para que o PPP tenha a identidade da escola, é necessária a participação de toda a comunidade escolar. A sua construção e a sua aplicação só serão possíveis, se pais, alunos, professores e servidores tiverem contribuído com a sua idealização das propostas e se comprometerem com a existência concreta do PPP. Para que essa participação seja alcançada, é necessário o desenvolvimento de práticas que contribuam para esse fim. Todos têm de compreender que, como destaca Veiga (2002), a escola não é para ser mais uma instituição gerida de cima para baixo e que a luta pela autonomia e descentralização de recursos, ela é de todos.

As relações estabelecidas entre os profissionais da educação e a comunidade, os estudantes e seus pares são determinantes para atingir os objetivos expressos no Projeto Político-Pedagógico da escola. Para tanto, é necessário repensar sempre a prática que deve ser pautada por estudos contínuos e pela autoavaliação, compreendendo a incompletude essencial que os constitui como seres humanos, percebendo-se como sujeitos transformadores, críticos, criativos e éticos. (Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, [s/d], p. 27).

Percebe-se a importância da avaliação institucional como mecanismo de diagnóstico da realidade escolar e de busca por sua identidade. Uma avaliação em que haja a participação de toda a comunidade escolar pode transformar a realidade da instituição, o trabalho pedagógico e a própria sociedade.

Pode-se constatar, então, que Projeto Político-Pedagógico e avaliação institucional são interdependentes. A avaliação institucional adquire importância no processo de melhoria do PPP da escola e ela deve constar no próprio PPP como instrumento não apenas de autoavaliação deste, mas também como autoavaliação de toda a escola. Apenas com a avaliação institucional a escola poderá atualizar seu PPP de acordo com as mudanças que ocorrem diariamente, ou seja, a avaliação torna-se o “ponto de partida e ponto de chegada” (VEIGA, 2003, p. 28) para a sua reorganização. Segundo Fernandes (2002):

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromissos com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. Avaliação Institucional é, portanto, um processo complexo e não há, pronto para consumo, um modelo ideal e único para as escolas. Ela precisa ser construída. É o desafio de uma longa caminhada possível e necessária. (FERNANDES, 2002, p. 140).

Portanto a avaliação institucional da escola produz um crescimento que pode levar a uma evolução da escola e da sociedade, com um reflexo dentro do dia a dia das escolas, sobretudo na sua gestão e nas coordenações pedagógicas. A valorização dos momentos de coordenação pedagógica também deve ser buscada pela escola e seus pares, então pensar e repensar a função social desta deve ser uma constante em todos os momentos, principalmente nas coordenações. Esse momento é o ponto-chave de concepção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola. Também pode ser utilizada para o desenvolvimento de ações para a formação continuada dos profissionais da educação e oportuniza reflexões acerca da organização do trabalho pedagógico da instituição. Segundo o PPP para as escolas do DF:

A garantia da coordenação pedagógica contribui para a superação da fragmentação do trabalho pedagógico, de sua rotinização e alienação dos trabalhadores em educação. Potencializar esse espaço-tempo viabiliza o alcance dos objetivos apresentados no Projeto Político-Pedagógico, favorecendo a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Ao mesmo tempo, recupera o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado em contextos em que vários sujeitos se fazem presentes, influenciam histórias de vida e são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros (DISTRITO FEDERAL, 2014, P. 25).

Somente com um processo consciente de avaliação é possível transformar, de maneira racional, a realidade da instituição educacional. A participação é um pilar de toda democracia e na escola não seria diferente. Isso significa que essa vitória de todos é, além de um direito, também um dever de cada um comprometido com a educação, seja professor ou pai.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

Todos que compõem a comunidade escolar se envolvem nas práticas educativas da escola. Alguns com mais consciência acerca do seu papel, outros com menos, porém todos com direitos e deveres em relação à educação e à escola. A partir de uma maior conscientização da função de cada um, mais consciente se torna esta ação e maiores são as chances de se construir uma educação de qualidade.

Esta pesquisa visa contribuir para uma discussão em relação à participação, ao envolvimento e à interação das famílias na escola. O objetivo é levantar as causas da baixa participação das famílias nas avaliações institucionais da escola e os reflexos que porventura possam existir, nas coordenações pedagógicas, na busca do professor pela sua formação e no planejamento do trabalho. Estando consciente de alguns dos motivos dessa participação pouco qualitativa, torna-se possível um debate mais maduro para a construção de uma escola inclusiva, democrática e de qualidade.

Para que esse objetivo possa ser alcançado, buscou-se uma abordagem qualitativa na análise dos dados. Na metodologia qualitativa, os dados são mais subjetivos e ela não se preocupa em quantificar dados, mas, sim, em compreender, de maneira mais profunda, o objeto da pesquisa. Córdova e Silveira (2009, p. 32) afirmam que “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais”. Assim, a análise dos dados ocorre de maneira estruturada e intuitiva.

Mesmo com o uso de questionários para a coleta de dados, a abordagem qualitativa se faz presente. As questões foram trabalhadas para fazer os colaboradores refletirem a respeito do assunto em questão e, diante de sua individualidade, expressarem suas opiniões. A abordagem mais individualista na distribuição dos instrumentos de pesquisa também proporcionou uma reflexão pessoal acerca das respostas. Mesmo com dados que puderam ser tabulados, os colaboradores foram levados a qualificar seus conhecimentos e suas participações na escola.

A presente pesquisa é um estudo de caso e foi realizada em uma escola de Educação Especial do Distrito Federal. A partir de observações individuais, verificou-se que, gradativamente, os pais vêm deixando de participar das avaliações institucionais. Todos têm o direito e o dever de participar da construção da identidade da escola e da busca por um ensino de qualidade, eximir-se dessa responsabilidade é deixar de edificar a escola ideal para a sua

realidade.

A escola participante da pesquisa passou por algumas modificações ao longo dos anos, inclusive na modalidade de atendimento. Inicialmente era uma Escola Classe, fundada em 1969, com a finalidade de atender a alunos da educação infantil e do ensino especial. Com o aumento da demanda, passou a atender, exclusivamente, aos alunos com necessidades educacionais especiais sob a denominação de Centro de Ensino Especial. Os colaboradores dessa pesquisa foram professores da escola, gestores e pais dos alunos. Devido ao momento muito peculiar vivido à época da pesquisa, uma greve de professores, os instrumentos de coleta de dados tiveram de ser entregues pessoalmente.

Dentro de uma abordagem qualitativa, foi utilizado um questionário com perguntas mais abertas para o segmento de professores. Sendo assim, pode-se concluir que esse instrumento, apesar de possuir um roteiro definido, que são as perguntas previamente estabelecidas, é muito subjetivo e pessoal, pois colhe a opinião de alguém a respeito algo.

Os professores colaboradores participaram da pesquisa durante uma coordenação coletiva da escola, realizada em uma quarta-feira. Foram distribuídos 20 questionários, 10 no turno matutino e 10 no vespertino, dos quais 10 retornaram respondidos. Foi oportunizado um momento inicial para explicações e esclarecimentos acerca de dúvidas que, porventura, aparecessem durante o preenchimento do questionário. Esse instrumento continha 6 questões abertas dando liberdade a cada professor de expor suas opiniões com mais liberdade. Também responderam ao questionário as coordenadoras e o gestor.

O questionário para os pais foi elaborado com 19 questões fechadas divididas em duas partes: uma para análise do perfil socioeconômico e cultural das famílias e outra para avaliar seus conhecimentos a respeito dos documentos oficiais e da sua participação nas avaliações da escola. Foram aplicados 10 questionários e todos retornaram respondidos. Todos foram distribuídos pessoalmente em visitas domiciliares, o que proporcionou o esclarecimento de dúvidas que iam aparecendo durante o preenchimento. O questionário fechado para os pais foi escolhido para agilizar o processo de coleta de informações e teve sua estrutura formulada para dar clareza às respostas, o que facilitou o processo.

Apesar da presença do pesquisador nas duas aplicações dos questionários, tentou-se ao máximo manter a impessoalidade dos instrumentos, ou seja, o pesquisador não entra em contado direto com a pessoa que responde o questionário. Outro ponto de destaque é que, no questionário fechado, os pais responderam a questões de múltipla escolha. Arturo (*apud* CORREA, 2011, p. 69) salienta que “é importante um questionário de pesquisa obedecer três princípios básicos: clareza, coerência e neutralidade”.

Já o questionário aplicado aos professores e aos coordenadores da instituição educacional seguiu a lógica da subjetividade e da liberdade de expressão. Os profissionais não ficaram presos ao quantitativo de linhas para resposta e puderam expandir suas opiniões com total liberdade. A aplicação de um questionário como esse também foi facilitada devido ao fato de o número de professores ser bem menor do que os componentes do segmento pais.

Aliado a esses instrumentos, foi feita uma análise documental do Projeto Político-Pedagógico da escola. Nessa tarefa foi utilizado o PPP de 2014 em que, a partir de uma leitura minuciosa, procurou obter referências acerca do perfil da comunidade escolar, da realização das avaliações institucionais e das coordenações pedagógicas.

Na análise dos dados, foi realizado um cruzamento de todos os subsídios coletados com os questionários e a leitura do PPP da escola. Foram trabalhadas três categorias distintas: 1) conhecimento e formação do perfil da comunidade escolar; 2) participação e estratégias de estímulo à participação dos pais nas avaliações institucionais da escola; e 3) como se organizam as coordenações pedagógicas a partir dessas avaliações.

## ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal localizada na cidade de Sobradinho. Essa instituição de ensino inicialmente era uma Escola Classe, fundada em 1969, posteriormente passou a atender apenas a alunos com deficiência e recebe a denominação de Centro de Ensino Especial. Tem como objetivo principal estimular o aluno na aquisição de potencialidades que o ajudem em uma maior autonomia e qualidade de vida, possibilitando-lhe uma melhor inclusão educacional e social.

Apesar de uma grande reforma ocorrida em 1996 e de várias intervenções estruturais promovidas para oferecer mais acessibilidade, a escola encontra-se fora dos padrões para o atendimento dos seus alunos. Atualmente conta com um programa de educação precoce, turmas regulares distribuídas por modalidade de atendimento interdisciplinar, como Educação Física (psicomotricidade e piscina), informática, Educação Ambiental e artes plásticas. A escola busca atender aos alunos já inclusos no ensino regular com atividades no contra turno e tem um Serviço de Orientação ao Trabalho para aqueles que podem ser incluídos no mercado de trabalho.

Atualmente, a escola atende a 315 (trezentos e quinze) alunos de seis meses até a idade adulta e mais 157 (cento e cinquenta e sete) inclusos no ensino regular que vão à instituição de ensino para receber um atendimento complementar especializado. Grande parte dos alunos é de classe baixa participante de programas assistenciais do governo e residem nas regiões administrativas de Sobradinho, Planaltina e entorno, como Formosa e Planaltina de Goiás. O colégio tem um quadro de funcionário com 127 (cento e vinte e sete) profissionais entre professores efetivos e contratos temporários, servidores e direção. Existe ainda um conselho escolar e uma Associação de Pais e Mestres que auxilia na complementação de recursos.

Essas informações foram retiradas do Projeto Político-Pedagógico da escola. Além dessa análise documental, foram utilizados dois modelos de questionários, um para os pais dos alunos e outro para coordenadores, gestores e professores. O questionário utilizado para os pais continha 19 questões fechadas divididas em duas partes. Na primeira, objetivou-se a formação de um perfil socioeconômico e cultural dessas famílias. Na segunda parte do questionário, buscou-se identificar de que forma os pais viam sua participação na escola e como entendiam a avaliação institucional desta.

Para professores, coordenadores e gestores, o questionário foi composto de 6 perguntas abertas. Esse instrumento teve como objetivo verificar de que forma os profissionais da escola

viam o perfil de seus alunos e familiares, suas impressões acerca da participação das famílias na escola e, de que forma esses profissionais viam as avaliações institucionais da escola e como, na opinião deles, a participação das famílias poderia influenciar as coordenações pedagógicas da escola.

A aplicação dos instrumentos aconteceu de duas formas distintas. Os profissionais receberam seus questionários durante uma coordenação coletiva. De 20 entregues, 10 retornaram respondidos. Para os pais, foi realizada uma visita domiciliar e entregue o questionário para responderem. Foram entregues 10 desses instrumentos e todos foram respondidos.

Antes de mais nada, convém retomar os objetivos da presente pesquisa. A participação da família no dia a dia da escola tem uma contribuição muito forte na busca de uma educação de qualidade. Como foi citado na introdução, pôde-se verificar que, na prática, apesar de se ter dispositivos que permitam a participação efetiva dos familiares nas decisões da escola, poucos são os que se envolvem nesse processo de melhoria da educação. Os objetivos então são os de verificar quais os motivos que levam a essa baixa participação e qual a influência desta nas coordenações pedagógicas da escola, na busca do professor pela sua formação e no planejamento do trabalho.

Analisando a primeira parte do questionário dos pais, observou-se que, em sua maioria, os alunos são acompanhados por suas mães (9) com idade variando de 30 anos ou mais (7) e desempregadas (9). A estrutura familiar é tradicional, 9 são casadas, a maioria tem mais de um filho e mais de três pessoas residem na mesma casa. Com relação ao grau de escolaridade, boa parte das mães terminou o ensino médio. Pôde-se constatar então que, em sua maioria, as mães se dedicam ao cuidado da casa e dos filhos e os pais ao sustento financeiro. Tais dados corroboram com o PPP da escola quando cita que sua comunidade é composta, em sua maioria, de famílias de baixa renda.

Nosso público alvo consiste em atender uma população de baixa renda e com noções de esclarecimento de médio a baixo nível, o que nos restringe solicitar a compreensão dos pais no sentido de nos ajudar com participações, apoios, com a APM, com higiene dos alunos. (PPP DA ESCOLA, 2014, p. 12).

Também os professores têm esta constatação a respeito da sua comunidade escolar. Citamos algumas respostas à primeira questão do questionário que receberam:

Questão 1 - Você conhece o perfil familiar, socioeconômico e cultural, da comunidade escolar?

Professora A: *Sim. São famílias com poder econômico baixo, mas que permite manter um padrão digno de vida. São pessoas que trabalham e procuram oferecer o melhor para os seus*

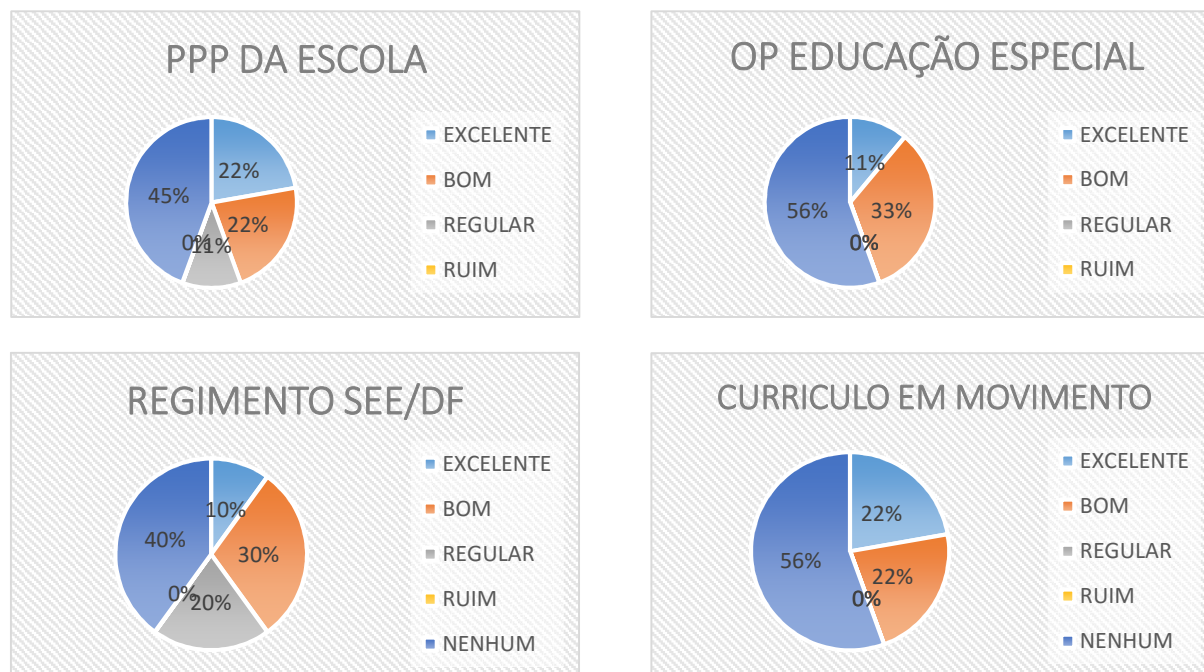
*filhos no que se refere a amor, cuidado, alimentação, vestuário. Suprem todas as demandas da escola.*

Professora B: *sim, a maioria é de baixa renda, porém a grande maioria tem compromisso com seu filho e com a escola, independentemente de sua situação financeira, e a escola sempre se esforçando para proporcionar o melhor para seus alunos.*

O conhecimento do perfil socioeconômico e cultural das famílias dos alunos é importante para que sejam traçadas estratégias que possibilitem alcançar uma melhor relação entre família e escola. Conhecendo esse perfil, a escola poderá buscar novos caminhos para alargar essa integração levando em conta a realidade social desses agentes. Como salienta Polonia e Dessen (2005), é no ambiente familiar que a criança começa a ter contato com a sociedade, com seus costumes e suas crenças. Portanto, como cita as autoras, “neste contexto, os recursos psicológicos, sociais, econômicos e culturais dos pais são aspectos essenciais para a promoção do desenvolvimento humano” (2005, p. 304). Isso significa que os alunos crescem a partir de um contexto que deve ser reconhecido pela escola em suas atividades.

A segunda parte do questionário para os pais começa avaliando o grau de conhecimento que eles têm a respeito dos documentos norteadores do trabalho na escola de seus filhos, como veem sua participação e como ponderam as avaliações institucionais da escola.

**Figura 02:** avaliação do grau de conhecimento acerca dos documentos oficiais da escola



Fonte: elaborada pelo autor

A partir da análise dos gráficos apresentados na figura 02, verificou-se que os pais têm pouco conhecimento acerca dos documentos que norteiam o trabalho na escola de seus filhos.



Uma participação verdadeiramente efetiva está condicionada ao conhecimento prévio dos documentos que norteiam essa participação e, sem isso, corre-se o risco de intervenções que não surtirão efeito sobre o contexto escolar ou, ainda, de se questionar ou exigir medidas por parte da escola que não são de sua competência.

O envolvimento dos pais no projeto político da escola reflete a participação efetiva dos pais na tomada de decisão quanto às metas e aos projetos da escola. Retrata os diferentes tipos de organização, desde o estabelecimento do colegiado e da associação de pais e mestres até intervenções na política local e regional. (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 307).

É visível que o envolvimento nas decisões da escola surge a partir do conhecimento de como este pode ser praticado. É necessário saber que organizações são estas - conselho escolar, APM, estruturação política, etc. – para poder intervir de forma a realizar mudanças necessárias e cabíveis sem correr o risco de errar por desconhecimento. Deve-se buscar estratégias para que os documentos oficiais sejam disponibilizados para os pais. Uma sugestão seria elaborando pequenos textos para serem remetidos às residências e criando grupos de estudo com palestras a respeito desses documentos em períodos distintos, como fins de semana e à noite.

Em relação à participação nas avaliações institucionais da escola, observou-se que há uma valorização da quantificação, ou seja, o número de participantes é muito importante não sendo destacada a qualidade dessas participações. Neste trecho do PPP da escola (2014, p. 85) “A comunidade escolar irá participar da avaliação das ações propostas no PPP deste CEE através de reuniões e questionários que serão enviados periodicamente aos responsáveis dos alunos”, fica evidente que os instrumentos utilizados para a avaliação da escola buscam uma maior participação numérica das famílias.

Esse entendimento também fica claro nas respostas dos professores às questões 3 e 4 do questionário, conforme mostram os exemplos:

Questão 3 – você considera que os pais, em sua escola, são presentes ou ausentes? Em sua opinião, quais os motivos?

Professor C – *em sua maioria ausentes, com algumas exceções*

Professor D – *na medida do possível, são presentes, muitos às vezes não comparecem devido ao trabalho, à dificuldade de locomoção, etc.*

Professor E – *ausentes. Essa ausência é devido ao trabalho, falta de condições financeiras, falta de conhecimento de seus direitos, etc.*

Questão 4 – nas decisões da escola, na avaliação institucional e na elaboração do PPP, há participação da comunidade escolar? Como?

Professor G – *não. Nem os professores aprenderam a colaborar e participar, nem os gestores sabem organizar estes momentos e raramente os pais são convidados para estas construções.*

Professor A – *há a participação dos funcionários, os pais participam pouco.*

Professor B – *sim, através de reuniões e questionários, para que os mesmos possam avaliar a metodologia da escola e dizer se concordam ou não.*

No segmento de pais, as respostas são bem parecidas. Dos participantes, 7 consideram a forma de comunicação utilizada pela escola a respeito das avaliações que ocorrerão de excelente a boa. Apenas 2 avaliaram como excelentes suas participações e os demais, 8, consideraram de regular a ruim. Quando questionados a respeito dos pontos negativos das reuniões para a avaliação da escola, foram unânimes em destacar os horários das reuniões como motivo para a não presença.

Verifica-se que escola, profissionais e pais ainda consideram a participação como quantitativa e não como qualitativa. Voltando à definição de participação e ao mencionado por Machado (*apud* TEIXEIRA, 2011, p. 22), “Esta deve ser vista como um processo permanente de estabelecer um equilíbrio entre as competências profissionais de todos os atores da comunidade educativa”. Assim, o crescimento deve estar em qualificá-la para um permanente aprimoramento do processo educacional.

Quando os segmentos foram questionados acerca da importância das reuniões de avaliação institucional da escola, todos demonstraram relevância na melhoria da educação. Os pais destacaram como pontos positivos, 8 deles, que, com as avaliações, têm a oportunidade de melhorar sua interação com a escola e podem, com isso, ajudar seus filhos. Para os professores, a escola deve criar estratégias que aumentem a participação dos pais visto que poderia, em muito, colaborar na melhoria do processo educacional.

Questão 5 - Como você acha que a escola deveria agir para aumentar a participação familiar na avaliação da escola e na elaboração do PPP?

Professor C – *a participação familiar contribui de forma significativa, trazendo benefícios que geram melhor desenvolvimento do ensino-aprendizagem do educando.*

Professor D – *é importante para que os pais percebam qual a função da escola e qual sua responsabilidade para com seus filhos.*

Professor E – *se a comunidade tiver vez e voz na escola os reflexos serão visíveis e as ações serão mais pontuais e produtivas. Perde-se muita energia em atividades fúteis, que não levam a um trabalho de qualidade.*

Os dados coletados ratificam Carvalho (2000), quando a autora declara que os pais mais presentes na escola podem gerar novas e melhores escolas. Essa participação é,

reconhecidamente, importante e pode frutificar favorecendo a escola e seu processo educacional. Para os profissionais, é um propulsor e motivador de coordenações pedagógicas mais produtivas, de planejamentos direcionados ao que a escola precisa e de um trabalho que, ao envolver todos, trará progresso no ensino e na formação dos alunos. É importante até mesmo na busca de políticas públicas que vão trazer de volta o interesse pela educação e o respeito e a valorização do profissional do ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa não teve a pretensão de trazer soluções específicas para a questão da participação das famílias no dia a dia da escola e de suas inter-relações. Essas questões são particulares de cada instituição de ensino e as soluções são fruto de uma discussão constante da comunidade escolar e de uma mudança de atitude oriundas de tais debates. Buscou-se, no entanto, abrir mais uma oportunidade de análise dessas interações nas avaliações institucionais da escola para que possam fomentar discussões futuras.

Os objetivos foram pautados em fazer um estudo acerca das causas que estariam fazendo as famílias se eximirem do direito de participar da construção de uma escola com a sua identidade. Procurou-se verificar as causas da baixa participação das famílias nas assembleias escolares para avaliação institucional da escola e como esse fato poderia refletir nas coordenações pedagógicas da escola, na formação continuada do professor e no planejamento do seu trabalho. Convém lembrar que as coordenações são momentos não só para planejamento de atividades, mas também para a formação continuada do profissional da educação e elas devem ser estimuladas e bem coordenadas.

É marcante que, em algum momento, perdeu-se o respeito e o interesse pelas melhorias das relações sociais, colocando a educação na esfera do descrédito, do desrespeito e do desinteresse. Em razão disso, é tão importante a discussão das relações de poder no âmbito da escola para que os problemas que hoje norteiam a educação no país possam ser corrigidos. As relações professor-aluno, professor-pais, professor-gestores e professor-coordenadores estão desgastadas e sem direcionamento, beirando o desrespeito. Hoje os contatos entre pais e professores ficam restritos à solução de problemas e reclamações quando tais relações deveriam estar pautadas na união e no trabalho coletivo em prol de uma educação de qualidade.

Mesmo com a gestão democrática na escola, essas relações de poder hierarquizadas e autoritárias continuarão existindo e influenciando o ambiente escolar. O equilíbrio de tais relações deve sempre ser buscado para que seja possível melhorar sempre a qualidade do ensino e a formação dos alunos que um dia vão ocupar um lugar na sociedade e poderão mudar ou manter as atuais estruturas sociais. Ficou claro que pais e profissionais sabem das responsabilidades que têm e reconhecem a importância da participação de todos para a melhoria do processo educacional.

Nada melhor do que procurar uma equiparação de forças e relações mais igualitárias abrindo sempre espaço para o diálogo e para as ideias em prol de uma democracia plena em

que todos têm voz e vez nas decisões que vão direcionar os rumos da educação. A avaliação institucional cumpre esse papel, pois esse instrumento procura ajudar a escola a planejar-se na formação de sua identidade, oferecendo oportunidade para que todos os segmentos da comunidade possam deixar suas impressões a respeito do funcionamento da escola e contribuir para a melhoria da educação e do profissional.

A baixa participação das famílias nas avaliações institucionais é uma responsabilidade de ambas as partes. A escola precisa encontrar estratégias que facilitem uma melhor participação dos pais nas avaliações. Cabe às instituições educacionais rever sua forma de estruturação das avaliações, como mudar horários e dias para que possam facilitar o acesso dos pais. Aos familiares, cabe a responsabilidade de assumir seu papel como corresponsáveis pela educação de seus filhos. Mesmo com as obrigações diárias, devem sempre estar atentos a seus filhos e se comunicarem com a escola para obterem informações que possam ajudar no processo ensino-aprendizagem. Portanto, pais e professores precisam visualizar o quanto é enriquecedora a participação coletiva na solução dos problemas e na construção da identidade da escola.

Outro ponto importante está na valorização dos momentos de coordenação pedagógica pelos profissionais, pois maioria, hoje, não enxerga significado nas coordenações pedagógicas. A participação é sempre muito pequena e muitos preferem se isolar em sala para fazer seus planejamentos. Este momento tem de ser entendido como mais uma formação continuada para ajudá-lo no seu cotidiano em sala de aula. Nesse sentido, ficou perceptível que, para os profissionais, a maior participação e o envolvimento dos pais trazem motivação na busca de uma melhor formação e no planejamento do trabalho pedagógico.

A educação tem sido, cada vez mais, a instituição social responsável pela transmissão do conhecimento, pelo seu desenvolvimento e pela sua disseminação. Para cumprir essa importante tarefa de produzir e transmitir cultura, a escola deve planejar-se para ter a real dimensão do que fazer. Desde a estruturação do seu Projeto Político-Pedagógico até os planejamentos e as discussões nas coordenações pedagógicas, é preciso um envolvimento da coletividade. Para que esse processo ocorra, faz-se necessária a articulação dos diferentes participantes. Para fazer a união do conhecimento escolar com a realidade histórica onde a escola está inserida, é necessário um conhecimento profundo da comunidade escolar, portanto são fundamentais a articulação de todos e a presença da figura do coordenador pedagógico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13-7-1990**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas**. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, **13(2)**: 315-330, 2010.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. São Paulo. FTD, 2007.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relação entre Família e Escola e suas Implicações de Gênero**. Centro de Educação – UFPB. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 143-155, julho/2000.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação Escola-Família: subsídios para práticas escolares**. Brasília, UNESCO, MEC, 2009.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto, SILVEIRA, Denise Tolfo. **A pesquisa Científica. Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota**. Brasília, DF, [s/d].

DISTRITO FEDERAL. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica: Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas**. Brasília, 2014.

FERNANDES, Maria Estrela de Araujo. **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 2002.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades**. Em Aberto, Brasília, v.17, nº 72, p. 167-177, fev/jun, 2000.

LIBANEO, José.Carlos. **Organização e gestão na escola**. Goiânia: alternativa, 2004.

MACHADO, Fernanda Conceição Silva Pinheiro G. **A participação dos pais na escola: o caso de Jardins de Infância da Misericórdia da Maia**. Dissertação de mestrado em educação área de especialização de administração educacional, Instituto Superior de Educação e Trabalho (ISET), Porto/Portugal, setembro de 2011.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Psicologia Escolar e Educacional: Ema Busca de uma Compreensão das Relações entre Família e Escola**. Editora UnB, v. 9, nº 2, 2005 p. 303-312.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Família e Escola: Relações Família-Escola**. Psicologia Escolar e Educacional, 2005. Volume 9. Número 2 pp.303-312.

SANTOS, Luana Rocha dos; TONIOSSO, José Pedro. **A importância da relação escola-família**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro - SP, 1 (1): 122-134, 2014.

TREVISAN, Rosana. **Moderno dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível na internet via [http://michaelis,uol.com.br/](http://michaelis.uol.com.br/) acessado em 13 de outubro de 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Uma Construção Coletiva**. Texto extraído sob licença da autora e da editora do livro: (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Perspectivas para a reflexão em torno do Projeto Político pedagógico**. In. Resende. L.M. G. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2003.

## APÊNDICE A

### Questionário para os professores e coordenadores

O presente questionário é parte integrante do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade de Brasília – UnB do cursista Cristiano Silva Barbosa. Ele baseia-se em um estudo a respeito do tema: **“A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA E SEUS REFLEXOS NAS COORDENAÇÕES PEDAGÓGICAS”**.

Ressaltamos que esta pesquisa está sob a salvaguarda de todas as exigências éticas que me imponho respeitar: o anonimato e a garantia de que todos os dados recolhidos só estarão disponíveis para a realização do presente trabalho de investigação.

Conto com a sua colaboração e, desde já, agradeço todo o tempo disponibilizado para o preenchimento deste questionário.

**Ao responder o questionário, não fique preso às linhas, pode usar o verso da folha para complementar sua resposta.**

1. Você conhece o perfil familiar, socioeconômico e cultural, da comunidade escolar? Descreva-o.

---

---

---

---

---

2. Dê sua opinião a respeito da participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Qual a importância dessa participação?

---

---

---

---

---



3. Você considera que os pais, em sua escola, são presentes ou ausentes? Em sua opinião, quais os motivos?

---

---

---

---

4. Nas decisões da escola, na avaliação institucional e na elaboração de PPP, há participação da comunidade escolar? Como?

---

---

---

---

5. Como você acha que a escola deveria agir para aumentar a participação familiar na avaliação da escola e na elaboração do PPP?

---

---

---

---

6. Em sua opinião, quais os reflexos que a participação familiar exerce nas coordenações pedagógicas da escola?

---

---

---

---

**MUITO OBRIGADO!**

## **APÊNDICE B**

### **Questionário para os pais**

O presente questionário é parte integrante do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade de Brasília – UnB do cursista Cristiano Silva Barbosa. Ele baseia-se em um estudo a respeito do tema: **“A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA E SEUS REFLEXOS NAS COORDENAÇÕES PEDAGÓGICAS”**.

Ressaltamos que esta pesquisa está sob a salvaguarda de todas as exigências éticas que me imponho respeitar: o anonimato e a garantia de que todos os dados recolhidos só estarão disponíveis para a realização do presente trabalho de investigação.

Conto com a sua colaboração e, desde já, agradeço todo o tempo disponibilizado para o preenchimento deste questionário.

**Assinale com um X a opção que mais se aproxima da sua opinião e/ou situação.**

### **PARTE I - ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA**

#### **1 - Género:**

- a) Masculino
- b) Feminino

#### **2 - Grau de parentesco em relação ao educando:**

- a) Pai
- b) Mãe
- c) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

#### **3 - Idade:**

- a) Menos de 20
- b) 20 a 30
- c) 31 a 40
- d) Maior de 40

#### **4 - Grau de escolaridade:**

- a) Ensino básico
- b) Ensino fundamental
- c) Ensino médio
- d) Ensino Superior
- e) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**5 - Estado civil:**

- a) Solteiro (a)
- b) Divorciado (a)
- c) Casado (a)
- d) Viúvo (a)
- e) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**6 - Situação profissional:**

- a) Desempregado
- b) Contratado
- c) Servidor Público
- d) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**7 - Quantos filhos:**

- a) Nenhum
- b) Um
- c) Dois
- d) Três
- e) Quatro ou mais

**8 - Indique quantas pessoas habitam a residência:**

- a) Duas
- b) Três
- c) Quatro
- d) Cinco ou mais

**PARTE II - PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA**

Nº	Avalie o seu grau de conhecimento acerca dos documentos oficiais da escola:	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	NENHUM
<b>09</b>	Regimento interno da Secretaria de Educação					
<b>10</b>	Currículo em movimento da Educação Básica					
<b>11</b>	Orientação Pedagógica da Educação Especial					
<b>12</b>	PPP – Projeto Político-Pedagógico da escola					

Nº	Avalie o seu grau envolvimento nas decisões coletivas da escola	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	NENHUM
13	Como é sua participação nas avaliações semestrais da escola					
14	De que forma você avalia sua participação nas decisões tomadas pela escola					
15	De que forma você avalia a maneira com a escola comunica sobre as reuniões e atividades coletivas					
16	Qual o grau de conhecimento que você tem acerca dos representantes do colegiado de sua escola (conselho escolar e APM)					
17	Dê sua avaliação a respeito da participação que teve na construção do PPP da escola					

**18 - Quais os pontos negativos das reuniões dentro das escolas que incomodam mais?**

**(Pode marcar mais de uma alternativa)**

- a) Horários das reuniões
- b) Datas das reuniões
- c) Opinião dos pais não são ouvidas
- d) Atrasos nas reuniões
- e) Falta de retorno dos problemas da escola
- f) Não opinaram

**19 - Quais os pontos positivos das reuniões dentro das escolas de que mais você gosta?**

**(Pode marcar mais de uma alternativa)**

- a) Conhece a escola
- b) Oportunidade de conhecer outros pais
- c) Melhoria do ensino
- d) Interação com a escola
- e) Ajuda aos filhos
- f) Não opinaram

**Muito obrigado!**